

dos Impostos, licenciado João José Ferragolo da Veiga, para o cargo de director de finanças-adjunto da Direcção de Finanças de Leiria.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

14 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

#### ANEXO

##### Curriculum vitae

###### Informação pessoal:

Nome: João José Ferragolo da Veiga;  
Morada: Travessa da Cova do Amarelo, lote D, Telheiro, 2410-268 Leiria;  
Nacionalidade: portuguesa;  
Data de nascimento: 30 de Agosto de 1950.

###### Experiência profissional:

De 26 de Março de 1987 até ao presente — chefe de divisão na área da inspecção tributária, na Direcção de Finanças de Leiria;  
Actividades — planeamento, acompanhamento e controlo das actividades da competência da Divisão de Inspeção das Pessoas Colectivas;  
De 1981 até 26 de Março de 1987 — coordenação de grupo de inspectores tributários nas Direcções de Finanças de Lisboa e Leiria;  
Actividades — planeamento das acções de inspecção, preparação dos programas de trabalho, acompanhamento das acções, com especial relevância na área dos «grandes entregadores de IVA».

###### Outras actividades:

Desde Outubro de 1996 — docente do ensino superior, equiparado a professor-adjunto, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão — Instituto Politécnico de Leiria. Disciplinas leccionadas: Fiscalidade, Contabilidade Financeira, Contabilidade e Finanças Públicas;  
Formador nas áreas de IRC, contabilidade e auditoria;  
Orador em diversos colóquios e conferências na área da fiscalidade;  
Membro de júri de concursos internos na DGCI;  
Orientador em vários trabalhos de fim de curso no âmbito do CESE em Controlo de Gestão no ISCA de Coimbra.

###### Formação académica e profissional:

Habilitações académicas — licenciatura em Finanças, pelo ISCEF — Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Ano de conclusão — 1973 com a média final de 14 valores.

###### Formação complementar:

Seminário de «Alta direcção — INA», Oeiras, de 18 a 22 de Outubro de 2004;  
Curso da «Fiscalização do imposto único — IVA», ministrado pelo Fundo Monetário Internacional, Lisboa, de 30 de Outubro a 13 de Novembro de 1987;  
Session de Formation d'Inspecteurs Principaux Etrangers, Paris, de 4 a 28 de Junho de 1985.

###### Categoria profissional:

Técnico economista de 2.ª classe, de 20 de Outubro de 1973 a 31 de Outubro de 1978;  
Técnico economista de 1.ª classe, de 1 de Outubro de 1978 a 10 de Fevereiro de 1983;  
Técnico economista principal, de 11 de Fevereiro de 1983 a 9 de Novembro de 1983;  
Técnico economista assessor, de 10 de Novembro de 1987 a 3 de Janeiro de 1993;  
Técnico economista assessor principal, por opção inspector tributário assessor principal, desde 4 de Janeiro de 1993.

**Despacho n.º 2793/2005 (2.ª série).** — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 18 de Novembro 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de finanças-adjunto da Direcção de Finanças de Santarém, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as 12 candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Maria Isaac de Carvalho cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o técnico de administração tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciado José Maria Isaac de Carvalho para o cargo de director de finanças-adjunto da Direcção de Finanças de Santarém.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

24 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

#### ANEXO

##### Curriculum vitae

###### 1 — Dados pessoais:

Nome — José Maria Isaac de Carvalho;  
Data de nascimento — 27 de Novembro de 1960.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Desempenho profissional na DGCI:

3.1 — Na Direcção de Finanças de Lisboa (desde 13 de Dezembro de 2001):

Director de finanças-adjunto — apoio à inspecção tributária;  
Chefe da Divisão de Planeamento e Coordenação;  
Chefe da Divisão de Planeamento e Coordenação na ex-2.ª Direcção de Finanças de Lisboa;

3.2 — Na Direcção de Finanças de Santarém (de Dezembro de 1996 a Dezembro de 2001):

Chefe da Divisão de Tributação;  
Presidente, delegado da Fazenda Pública, da comissão de revisão a que se refere o artigo 85.º do CPT;  
Representante da Fazenda Pública;  
Representante da Fazenda Pública em diversas comissões de credores, processos de falência;  
Formador no estágio para liquidadores tributários e na introdução do euro;

3.3 — Na Direcção de Finanças de Lisboa, Serviço de Inspeção Tributária (de 1992 a 1996), como técnico verificador tributário;

3.4 — Nas Repartições de Finanças de Loures 3.ª e Loures 4.ª (de Dezembro de 1982 a Dezembro de 1991), como liquidador tributário;

3.5 — Outras actividades — vogal efectivo do júri para selecção de candidatos ao grau 5, do último concurso para as categorias de TATP e ITP do GAT.

4 — Desempenho profissional noutros organismos públicos:

De Agosto de 1981 a Dezembro de 1982, cumprimento do serviço militar obrigatório;  
De Novembro de 1976 a Agosto de 1981, funcionário na Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola.

5 — Formação:

5.1 — Habilitações:

É formador profissional certificado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional;  
Integra a bolsa de formadores da DGCI;

5.2 — Formação efectuada:

Para a DGCI, formação de liquidadores tributários estagiários (anos 1999 e 2001);  
Comissão Nacional do Euro, ano de 2001;  
Outras entidades — NERSANT (ano de 1999) e CENFIC (ano 2000).

6 — Intervenção em seminários — outros:

Sobre a introdução do euro para a CTOC, APOTEC e Associação dos Técnicos Administrativos Municipais;

Visita a Itália no âmbito do programa Fiscalis, contacto com a administração fiscal italiana, em Roma e Palermo, de 14 a 25 de Outubro de 2002.

**Despacho n.º 2794/2005 (2.ª série).** — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 24 de Maio 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de finanças-adjunto de Lisboa, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as 58 candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Eunice Rute Ferreira Rodrigues Brito cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, a técnica de administração tributária principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciada Eunice Rute Ferreira Rodrigues Brito para o cargo de director de finanças-adjunto de Lisboa.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

#### Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Eunice Rute Ferreira Rodrigues Brito;  
Data de nascimento — 27 de Agosto de 1962, em Lisboa;  
Estado civil — casada.

2 — Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas na Universidade dos Açores (curso iniciado no ISCTE).

3 — Experiência profissional:

Funcionária da Direcção-Geral dos Impostos desde 1 de Abril de 1982;

Iniciou no Serviço de Finanças de Almada 1, exerceu funções como liquidadora tributária no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa (1983-1988), aprovada no concurso de técnico verificador tributário (1991), exerceu funções de coordenação da equipa de acompanhamento permanente no SPIT da Direcção de Finanças de Ponta Delgada (1994-1995), nomeada perita da fiscalização tributária de 2.ª classe, precedendo concurso, exerceu funções no SPIT da Direcção de Finanças de Setúbal;

Em 2 de Janeiro de 1997, nomeada subdirectora tributária, em resultado de concurso, e colocada na Direcção de Finanças de Setúbal, onde exerceu as seguintes funções:

Coordenadora da equipa de apoio técnico do DPIT II; Presidente de comissões distritais de revisão previstas no artigo 84.º do CPT;

Perita da Fazenda Nacional em diversos processos de impugnação, nomeada por juiz do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Setúbal;

Nomeada representante da administração tributária junto do Tribunal do Comércio de Lisboa para o cargo de membro de assembleia de credores em diversos processos de falência e recuperação de empresas;

Perita da administração tributária nas reuniões previstas no artigo 91.º da LGT;

Prática dos actos referidos nos n.ºs 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 13 do artigo 91.º da LGT no âmbito dos pedidos de revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos;

Em 11 de Fevereiro de 2003, nomeada chefe de divisão em regime de substituição da Divisão de Liquidação dos Impostos sobre o Património e outros Impostos, da Direcção de Finanças Lisboa, até à presente data.

4 — Outra experiência profissional:

Formadora de vários cursos das aplicações informáticas relacionadas com a reforma da tributação do património;

Participação como júri de avaliação, das funções desempenhadas, de reclassificação profissional na categoria de técnico de administração tributária-adjunto (TATA), do grupo do pessoal de administração tributária (GAT), em curso;

Em regime pós-laboral, com autorização superior, exerceu funções docentes nos anos lectivos de 1992-1993 e 1993-1994, nas disciplinas de Contabilidade Analítica, Estatística e Cálculo Financeiro, ministradas a alunos do 11.º ano de escolaridade.

5 — Formação profissional:

Diversos cursos de formação profissional sobre fiscalidade, contabilidade, formação de formadores e de liderança promovidos pela DGCI;

Cursos *e-learning* na área da reforma de tributação do património; Vários seminários sobre a reforma de tributação do património, liderança, economia portuguesa;

Jornadas fiscais «Sistema fiscal e administração fiscal (2002)» e «Globalização e fiscalidade» (2003);

Seminário de Alta Direcção do Instituto Nacional da Administração (2004).

24 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

**Despacho n.º 2795/2005 (2.ª série).** — 1 — A Direcção-Geral dos Impostos publicitou, na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias* de 24 de Maio 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de finanças-adjunto de Lisboa, ao qual compete desenvolver as actividades previstas no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 408/93, de 14 de Dezembro.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo».

3 — De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço».

4 — Analisadas as 58 candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato Fernando Gomes Gonçalves Matos cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e possui experiência e formação relacionadas com as actividades a desenvolver, revelando experiência em cargos de direcção intermédia, especificamente na área do cargo a prover, que melhor se adequa às atribuições acima referidas e aos objectivos fixados.

5 — Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, ouvido o conselho de administração fiscal, nomeio, em comissão de serviço, o gestor tributário do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos licenciado Fernando Gomes Gonçalves Matos para o cargo de director de finanças-adjunto de Lisboa.

6 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 24 de Janeiro de 2005, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

#### Curriculum vitae

I — Identificação:

Nome — Fernando Gomes Gonçalves de Matos;  
Data de nascimento — 2 de Outubro de 1948;  
Categoria profissional — gestor tributário.

II — Formação académica — ensino superior:

Instituto Comercial de Sá da Bandeira (Angola) — bacharel em Contabilidade e Administração, com a classificação de 16 valores;

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa — parte académica dos CESE/Auditoria Contabilística concluída, faltando apenas a entrega e discussão do trabalho de fim do curso.

III — Actividade profissional:

Técnico oficial de contas desde 1975, com actividade suspensa desde 1978, ano em que ingressou na DGCI;

Professor do ensino secundário desde Novembro de 1975 a Maio de 1978;

Ingressou na DGCI em Maio de 1978, tendo passado pelas seguintes categorias:

Técnico verificador tributário estagiário;  
Perito de fiscalização tributária de 2.ª classe;  
Perito de fiscalização tributária de 1.ª classe; e  
Gestor tributário;